



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – CONTRATAÇÃO DIRETA
Termo de Compromisso n. 961284/2024

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

- 1.1. Contratação de **pessoa jurídica especializada para elaboração de projeto arquitetônico de restauro e complementares para a restauração da Igreja Sé de Sant’Ana do Sacramento, em Chapadas dos Guimarães, Mato Grosso**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica especializada para elaboração de projeto arquitetônico de restauro e projetos complementares, planilha orçamentária, memoriais e demais documentos necessários para a restauração da <u>Igreja Sé de Sant’Ana do Sacramento, localizada no município de Chapada dos Guimarães.</u>	20060	Uma unidade	R\$ 495.190,29	R\$ 495.190,29

- 1.2. *O prazo de vigência da contratação é de 300 dias contados do(a) contratação dos projetos, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.*

- 1.3. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 495.190,29 (Quatrocentos e noventa e cinco mil, cento e noventa reais e vinte e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I – ID PAC no PNCP: 961284/2024
 - II – Data de Publicação no PNCP: 17/12/2024
 - III – ID do item no PAC: 20411000817/2023

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. *Deverão ser observadas as boas práticas de sustentabilidade, uma vez que os serviços resultantes do projeto a ser contratado deverá ter baixo impacto ambiental, considerando os critérios estabelecidos no Decreto nº 7746, de 05 de junho de 2012, em especial seus artigos 4º e 6º, e as alterações trazidas pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, conforme o item 10.*

4.1.2. *Neste sentido, os produtos, fruto da contratação, deverão prever preferencialmente as seguintes práticas, entre outras: I) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras; e VIII) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.*

Subcontratação

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

4.3. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.*

4.3.1. *Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.*

4.4. *No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.4.1. *A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.4.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.4.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

4.4.4. *Será permitida a substituição de apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

4.4.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato,*

comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

- 4.5. *Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*
- 4.6. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*
- 4.7. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*
- 4.8. *Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedade de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.*
 - 4.8.1. *O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).*
- 4.9. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:*
 - 4.9.1. *Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
 - 4.9.2. *Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
 - 4.9.3. *Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.*
- 4.10. *Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.*
- 4.11. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*
- 4.12. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*
- 4.13. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da data em que for notificada.*
- 4.14. *O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*
 - 4.14.1. *O emitente de garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
 - 4.14.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*
- 4.15. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração de contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*
 - 4.15.1. *A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.*

- 4.15.2. *A administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.*
- 4.16. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será utilizada monetariamente.*
- 4.16.1. *Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;*
- 4.16.2. *Também poderá haver liberação de garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;*
- 4.16.3. *Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a administração contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso de não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.*
- 4.17. *O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.*
- 4.18. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*
- 4.19. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.*

5. VISTORIA

- 5.1. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 18:00 horas.*
- 5.2. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.*
- 5.3. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*
- 5.4. *Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*
- 5.5. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

Condições de execução

- 6.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*
- 6.1.1. *Início da execução do objeto: até 15 dias da assinatura do contrato;*

6.1.2. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma, na sede da empresa contratada, devendo providenciar equipe necessária e equipamentos necessários ao atendimento do contrato;

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços:



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SETOR DE ENGENHARIA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO																	
ITEM	ETAPA	VALORES (R\$)		30 DIAS		60 DIAS		90 DIAS		120 DIAS		150 DIAS		180 DIAS		ACUMULADOS	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
2.1	PESQUISA HISTÓRICA	R\$ 6.222,95	1,26%	R\$ 6.222,95	100,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 6.222,95	100,00%
2.2	SERVIÇOS PREPARATÓRIOS PARA EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTOS	R\$ 1.852,60	0,37%	R\$ 1.852,60	100,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 1.852,60	100,00%
2.3	LEVANTAMENTO FÍSICO	R\$ 10.852,03	2,19%	R\$ 10.852,03	100,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 10.852,03	100,00%
2.4	ANÁLISE TIPOLOGICA	R\$ 14.181,92	2,86%	R\$ 14.181,92	100,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 14.181,92	100,00%
2.5	DIAGNÓSTICO	R\$ 14.181,92	2,86%	R\$ 14.181,92	100,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 14.181,92	100,00%
2.6	ESTUDOS PRELIMINARES	R\$ 11.378,99	2,30%	R\$ 5.689,50	50,00%	R\$ 5.689,50	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 11.378,99	100,00%
2.7	ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE RESTAURO	R\$ 49.917,42	10,08%	R\$ -	-	R\$ 24.958,71	50,00%	R\$ 24.958,71	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 49.917,42	100,00%
2.8	ANTEPROJETO DE RESTAURAÇÃO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS	R\$ 15.095,97	3,05%	R\$ -	-	R\$ 7.547,99	50,00%	R\$ 7.547,99	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 15.095,97	100,00%
2.9	PROJETO MUSEOGRÁFICO - ETAPA DE AVALIAÇÃO	R\$ 22.866,05	4,63%	R\$ -	-	R\$ 11.433,02	50,00%	R\$ 11.433,02	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 22.866,05	100,00%
2.10	ANTEPROJETO DE PAISAGISMO	R\$ 8.468,91	1,71%	R\$ -	-	R\$ 4.234,45	50,00%	R\$ 4.234,45	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 8.468,91	100,00%
2.11	ANTEPROJETO DE ESTRUTURAS	R\$ 30.204,18	6,09%	R\$ -	-	R\$ 5.102,09	50,00%	R\$ 5.102,09	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 30.204,18	100,00%
2.12	ANTEPROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	R\$ 30.005,88	6,07%	R\$ -	-	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 30.005,88	100,00%
2.13	ANTEPROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	R\$ 30.005,88	6,07%	R\$ -	-	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 30.005,88	100,00%
2.14	ANTEPROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS / ELETRÔNICAS	R\$ 30.005,88	6,07%	R\$ -	-	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 30.005,88	100,00%
2.15	ANTEPROJETO DE LUMINOTECNIA	R\$ 13.933,44	2,81%	R\$ -	-	R\$ 6.966,72	50,00%	R\$ 6.966,72	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 13.933,44	100,00%
2.16	ANTEPROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	R\$ 30.204,18	6,09%	R\$ -	-	R\$ 5.102,09	50,00%	R\$ 5.102,09	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 30.204,18	100,00%
2.17	ANTEPROJETO DE SPDA	R\$ 30.005,88	6,07%	R\$ -	-	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 30.005,88	100,00%
2.18	ANTEPROJETO DE TELEFONIA E REDE LÓGICA	R\$ 30.005,88	6,07%	R\$ -	-	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 30.005,88	100,00%
2.19	ANTEPROJETO DE HVAC (VENTILAÇÃO, EXAUSTÃO E AR CONDICIONADO)	R\$ 30.005,88	6,07%	R\$ -	-	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 30.005,88	100,00%
2.20	ANTEPROJETO DE SONORIZAÇÃO	R\$ 30.005,88	6,07%	R\$ -	-	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ 5.002,94	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 30.005,88	100,00%
2.21	MEMORIAL DESCRITIVO - PRELIMINAR	R\$ 12.134,41	2,45%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 12.134,41	100,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 12.134,41	100,00%
2.22	CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES PRELIMINAR	R\$ 12.134,41	2,45%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 12.134,41	100,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 12.134,41	100,00%
2.23	ORÇAMENTO PARAMÉTRICO	R\$ 11.337,98	2,31%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 11.337,98	100,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 11.337,98	100,00%
2.24	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO DE RESTAURO	R\$ 48.462,38	9,78%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 24.231,19	50,00%	R\$ 24.231,19	50,00%	R\$ -	-	R\$ 48.462,38	100,00%
2.25	PROJETO EXECUTIVO DE RESTAURAÇÃO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS	R\$ 12.467,04	2,56%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 6.233,52	50,00%	R\$ 6.233,52	50,00%	R\$ -	-	R\$ 12.467,04	100,00%
2.26	PROJETO EXECUTIVO MUSEOGRÁFICO	R\$ 8.468,91	1,71%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 4.234,45	50,00%	R\$ 4.234,45	50,00%	R\$ -	-	R\$ 8.468,91	100,00%
2.27	PROJETO EXECUTIVO DE PAISAGISMO	R\$ 8.468,91	1,71%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 4.234,45	50,00%	R\$ 4.234,45	50,00%	R\$ -	-	R\$ 8.468,91	100,00%
2.28	PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURAS	R\$ 7.086,24	1,43%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 3.543,12	50,00%	R\$ 3.543,12	50,00%	R\$ -	-	R\$ 7.086,24	100,00%
2.29	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	R\$ 6.948,53	1,40%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ -	-	R\$ 6.948,53	100,00%
2.30	PROJETO EXECUTIVO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	R\$ 6.948,53	1,40%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ -	-	R\$ 6.948,53	100,00%
2.31	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS / ELETRÔNICAS	R\$ 6.948,53	1,40%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ -	-	R\$ 6.948,53	100,00%
2.32	PROJETO EXECUTIVO DE LUMINOTECNIA	R\$ 30.149,62	6,09%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 5.074,81	50,00%	R\$ 5.074,81	50,00%	R\$ -	-	R\$ 30.149,62	100,00%
2.33	PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	R\$ 7.086,24	1,43%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 3.543,12	50,00%	R\$ 3.543,12	50,00%	R\$ -	-	R\$ 7.086,24	100,00%
2.34	PROJETO EXECUTIVO DE SPDA	R\$ 6.948,53	1,40%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ -	-	R\$ 6.948,53	100,00%
2.35	PROJETO EXECUTIVO DE TELEFONIA E REDE LÓGICA	R\$ 6.948,53	1,40%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ -	-	R\$ 6.948,53	100,00%
2.36	PROJETO EXECUTIVO DE HVAC (VENTILAÇÃO, EXAUSTÃO E AR CONDICIONADO)	R\$ 6.948,53	1,40%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ -	-	R\$ 6.948,53	100,00%
2.37	PROJETO EXECUTIVO DE SONORIZAÇÃO	R\$ 6.948,53	1,40%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ 3.474,26	50,00%	R\$ -	-	R\$ 6.948,53	100,00%
2.38	MEMORIAL DESCRITIVO - FINAL	R\$ 9.632,93	1,95%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 9.632,93	100,00%	R\$ 9.632,93	100,00%
2.39	CADERNO DE ENCARGOS	R\$ 9.632,93	1,95%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 9.632,93	100,00%	R\$ 9.632,93	100,00%
2.40	CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	R\$ 9.632,93	1,95%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 9.632,93	100,00%	R\$ 9.632,93	100,00%
2.41	ORÇAMENTO EXECUTIVO	R\$ 17.290,42	3,49%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 17.290,42	100,00%	R\$ 17.290,42	100,00%
3.0	CUSTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS	R\$ 2.569,69	0,52%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 1.284,85	50,00%	R\$ 1.284,85	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 2.569,69	100,00%
4.0	SERVIÇOS DE ARQUIVO TÉCNICO	R\$ 913,67	0,19%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 456,83	50,00%	R\$ 456,83	50,00%	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ 913,67	100,00%
TOTAL:		R\$ 495.190,29	100,00%	R\$ 52.980,93	10,70%	R\$ 305.785,34	61,54%	R\$ 137.444,23	27,76%	R\$ 75.524,49	15,25%	R\$ 77.266,27	15,60%	R\$ 46.189,21	9,31%	R\$ 495.190,29	100,00%
				R\$ 52.980,93	10,70%	R\$ 158.706,07	32,04%	R\$ 296.230,30	59,82%	R\$ 371.734,79	75,07%	R\$ 449.001,06	90,67%	R\$ 495.190,29	100,00%		

Chapada dos Guimarães, 07 de novembro de 2025.

Andressa Rôpik
Arquiteta e Urbanista
CAU A360085-9

Rua Tiradentes, nº 116 - Centro - Chapada dos Guimarães - MT - 78.135-000

1 de 1

6.1.4. A empresa contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, a relação explícita da equipe técnica que elaborará os diferentes produtos do contrato, bem como da qualificação de cada membro que se responsabilizará pelos trabalhos, a saber:

- 1) Coordenação: Arquiteto
- 2) Pesquisa Histórica: Historiador
- 3) Levantamentos: Arquiteto, Topógrafo e Documentalista
- 4) Análise Tipológica: Arquiteto, Engenheiro Civil e Restaurador
- 5) Diagnóstico: Arquiteto, Engenheiro Civil e Restaurador
- 6) Estudos Preliminares: Arquiteto
- 7) Anteprojeto Arquitetônico de Restauo: Arquiteto e Desenhista
- 8) Anteprojeto de Restauração de Bens Móveis e Integrados: Restaurador
- 9) Projeto Museográfico – Etapa de Avaliação: Arquiteto
- 10) Anteprojeto de Paisagismo: Arquiteto
- 11) Anteprojeto de Estruturas: Engenheiro Civil
- 12) Anteprojeto de Instalações Hidráulicas: Engenheiro Sanitarista
- 13) Anteprojeto de Esgotamento Sanitário: Engenheiro Sanitarista
- 14) Anteprojeto de Instalações Elétricas / Eletrônicas: Engenheiro Eletricista
- 15) Anteprojeto de Luminotecnica: Arquiteto e Engenheiro Eletricista
- 16) Anteprojeto de Prevenção e Combate a Incêndios: Engenheiro Civil
- 17) Anteprojeto de SPDA: Engenheiro Eletricista
- 18) Anteprojeto de Telefonia e Rede Lógica: Engenheiro Eletricista
- 19) Anteprojeto de HVAC: Engenheiro Mecânico / Climatização
- 20) Anteprojeto de Sonorização: Engenheiro Eletricista

- 21) Memorial Descritivo – Preliminar: Arquiteto
- 22) Caderno de Especificações Preliminar: Arquiteto
- 23) Orçamento Paramétrico: Engenheiro Civil
- 24) Projeto Arquitetônico Executivo de Restauo: Arquiteto e Desenhista Projetista
- 25) Projeto Executivo de Restauração de Bens Móveis e Integrados: Restaurador
- 26) Projeto Executivo Museográfico: Arquiteto
- 27) Projeto Executivo de Paisagismo: Arquiteto
- 28) Projeto Executivo de Estruturas: Engenheiro Civil
- 29) Projeto Executivo de Instalações Hidráulicas: Engenheiro Sanitarista
- 30) Projeto Executivo de Esgotamento Sanitário: Engenheiro Sanitarista
- 31) Projeto Executivo de Instalações Elétricas / Eletrônicas: Engenheiro Eletricista
- 32) Projeto Executivo de Luminotecnica: Engenheiro Eletricista e Arquiteto
- 33) Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndios: Engenheiro Civil
- 34) Projeto Executivo de SPDA: Engenheiro Eletricista
- 35) Projeto Executivo de Telefonia e Rede Lógica: Engenheiro Eletricista
- 36) Projeto Executivo de HVAC: Engenheiro Mecânico / Climatização
- 37) Projeto Executivo de Sonorização: Engenheiro Eletricista
- 38) Memorial Descritivo Final: Arquiteto
- 39) Caderno de Encargos: Arquiteto
- 40) Caderno de Especificações Técnicas: Arquiteto
- 41) Orçamento Executivo: Engenheiro Civil

- 6.1.4.1. Os projetos devem ser preferencialmente elaborados pelos profissionais acima designados, podendo ser substituídos por profissionais com habilitação comprovada pelo conselho profissional ou legislação vigente.
- 6.1.4.2. Os profissionais indicados na forma supra deverão participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiencia equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 6.1.4.3. Comprovação de formação técnica e regularidade formal da profissão por meio de comprovante de registro no conselho profissional competente, quando for o caso.
- 6.1.4.4. O mesmo profissional poderá atuar como coordenador e responsável técnico por mais de um projeto, permitindo o acúmulo de funções, desde que ressalvado o atendimento da qualificação exigida.

6.2. Os serviços serão prestados no endereço da contratada, conforme seu horário de funcionamento.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do serviço contratado, promovendo sua substituição quando necessário.*

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

8.1.1. *Trata-se de contratação para projetos de intervenção em bens tombados em esfera federal, diante do qual o objeto é revestido de relevância para a cultura brasileira;*

8.1.2. *Devido à especificidade de natureza cultural do objeto, é preciso atentar para o emprego de mão de obra qualificada e especializada, dada a responsabilidade de intervir em imóvel protegido por Lei Federal.*

8.2. Especificação da garantia do serviço

8.2.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), considerando ainda o disposto no Art. 927 da Lei nº 10.406/2002, referente à responsabilidade técnica sobre o projeto.

8.3. Procedimentos de transição e finalização do contrato

8.3.1. Os autores dos projetos deverão ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor. (art. 93, da Lei nº 14.133, de 2021).

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

9.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

9.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentro outros.

9.1.6. O Contratado designará formalmente o proposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

9.1.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

9.1.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

9.1.8.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.1.8.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que

demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

- 9.1.8.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 9.1.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 9.1.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 9.1.8.6. A fiscalização do que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 9.1.8.7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

9.1.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.1.10. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.1.11. Cabe ao gestor do contrato:

- 9.1.11.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 9.1.11.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 9.1.11.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 9.1.11.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades

aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 9.1.11.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 9.1.11.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 9.1.11.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 9.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará como instrumento a planilha de medição, seguindo a execução das porcentagens indicadas em cada etapa no Cronograma Físico-financeiro e Memorial Descritivo, mediante a entrega do produto em conformidade.
- 9.2.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
 - 9.2.2.1. Não produziu os resultados acordados,
 - 9.2.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 9.2.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.2.3. A utilização da planilha de medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 9.2.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 9.2.4.1. Entrega de produtos nas quantidades e no prazo especificado em cronograma físico-financeiro e/ou definido com fiscal do contrato;
 - 9.2.4.2. Entrega de produtos que atendam às exigências descritas em Memorial Descritivo e Normas Vigentes.
 - 9.2.4.3. Os projetos desenvolvidos deverão estar aptos a receber a aprovação dos órgãos competentes.

9.3. DO RECEBIMENTO

- 9.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verifico o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 9.3.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 9.3.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 9.3.4. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

- 9.3.5.O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 9.3.6.O fiscal técnico do contrato será realizar o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 9.3.7.O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 9.3.8.O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 9.3.9.Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período indicado no Cronograma Físico-Financeiro.
- 9.3.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 9.3.10.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
 - 9.3.10.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 9.3.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 9.3.12. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.3.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possa vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 9.3.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 9.3.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.3.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 9.3.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 9.3.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais

- penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 9.3.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 9.3.17.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 9.3.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 9.3.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 9.3.17.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quando à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.3.17.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 9.3.17.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.3.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 9.3.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.3.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I – o prazo de validade;
 - II – a data da emissão;
 - III – os dados do contrato e do órgão contratante;
 - IV – o período respectivo de execução do contrato;
 - V – o valor a pagar; e
 - VI – eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.3.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 9.3.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 9.3.23.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

- 9.3.23.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.3.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.3.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.3.26. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 9.3.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 9.3.28. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 9.3.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão utilizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) de correção monetária.
- 9.3.30. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.3.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.3.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.3.33. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.3.34. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.3.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no Sinapi, Orse e Informativo SBC do mês de julho/2025.
- 9.3.36. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC – Índice Nacional de Custo da Construção, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.3.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.3.38. No caso de atraso ou não divulgado do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.3.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

- 9.3.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.3.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.3.42. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 9.3.43. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 9.3.44. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 9.3.45. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 9.3.46. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 9.3.47. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).
- 9.3.48. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 10.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- 10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 10.2.3. Declaração da inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 10.2.4. Multa:
- 10.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de **0,5% (cinco décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.
 - 10.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total de contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 10.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 10.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
 - 10.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
 - 10.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 0,5% (cinco décimo por cento) a 2,5% (dois e meio por cento) do valor da contratação.
 - 10.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 0,5% (cinco décimo por cento) a 2,5% (dois e meio por cento) do valor da contratação.
 - 10.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 0,5% (cinco décimo por cento) a 2,5% (dois e meio por cento) do valor da contratação.
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 10.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência poderá ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

- 10.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 10.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normal e orientações do órgão de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e da obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 10.12. O contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

Regime de execução

11.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

11.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de acessibilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

- 11.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

Exigências de habilitação

11.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 11.4.1. *Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*
- 11.4.2. *Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*
- 11.4.3. *Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;*
- 11.4.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.4.5. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- 11.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- 11.4.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 11.5. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;
 - 11.5.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - 11.5.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 11.5.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
 - 11.5.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 11.5.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 11.5.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 11.5.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 11.6. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 11.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 11.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 11.6.2.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG, Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 11.6.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 11.6.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.
- 11.6.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 11.7. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- 11.7.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 11.7.2. Registro ou inscrição da empresa, em plena validade, que comprove regularidade junto a entidade profissional competente:
- a) Empresa deve estar inscrita no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) ou Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA);
- b) Em relação ao serviço de conservação e restauro de bens móveis e integrados, cuja profissão de conservador-restaurador ainda não é regulamentada, não se obriga apresentação de registro da empresa em conselho profissional.
- 11.7.3. Sociedade empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou de aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

- 11.8. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, através de Certidão de Acervo Técnico – CAT.
- 11.8.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- a) Para projeto arquitetônico de restauro, comprovação de elaboração de projeto dessa natureza, em edificações com, no mínimo 120 m².
- 11.8.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 11.8.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 11.8.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 11.8.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 11.8.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

Qualificação Técnico-Profissional

- 11.9. Apresentação do profissional abaixo indicado, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes:
- a) **Coordenador: Arquiteto** – Deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT, devidamente registrada no CAU, comprovando a experiência na elaboração de projetos arquitetônicos de restauro.
- 11.9.1.1. O profissional acima indicado deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.9.2. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
- 11.9.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

- 11.10. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.10.1. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de

janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 11.10.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.10.3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.10.4. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. O custo estimado total da contratação para o item deste Termo de Referência é de R\$ 495.190,29 (quatrocentos e noventa e cinco mil, cento e noventa reais e vinte e nove centavos).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

- 13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: IPHAN/MT
 - II. Fonte de Recursos: OGU
 - III. Programa de Trabalho: 2041120240005
 - IV. Elemento de Despesa:

- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Município de Chapada dos Guimarães – Mato Grosso, 10 de novembro de 2025.

Andressa Röpk

Arquiteta e Urbanista

CAU: A160685-9